



## **Maria do Povo: etnografia de uma resistência no semiárido piauiense**

### *Maria do Povo: ethnography of resistance in the semiarid Piauí*

**Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos**

*carlosalexandre@unb.br*

*Pesquisador Colaborador Departamento de Antropologia/UnB Realiza Estágio Pós-Doutoral no PPGAS/DAN/UnB Doutor em Antropologia pelo PPGAS/DAN/UnB.*

#### **RESUMO**

Com foco na vida de luta de Maria Rosalina dos Santos, líder sindical, trabalhadora rural e líder quilombola, este ensaio, além de apresentar uma etnografia dos movimentos sociais no município de Queimada Nova/PI, procura visibilizar a mulher negra, por meio da trajetória de vida de Maria Rosalina – liderança quilombola, Maria do Povo – líder sindical e política, e Maria – liderança do quilombo Tapuio, três nomes que designam apenas uma mulher, Maria Rosalina dos Santos.

Palavras-chave: Trabalhadora rural. Movimento social. Quilombo.

#### **ABSTRACT**

Focusing on the life and fight of Maria Rosalina Santos, labor leader, farm worker and quilombola leader, this test, besides presenting an ethnography of social movements in the city of Queimada Nova/PI, shines a light upon black women through Maria Rosalina's life story - quilombola leadership, Maria do Povo - union and political leader, and Maria - Tapuio quilombo leadership, three names that designate only one woman, Maria Rosalina Santos.

Keywords: Farm worker. Social movement. Quilombo.



O semiárido piauiense, que abrange a região Sudeste do Piauí, palco histórico de luta e de resistência de mulheres e homens, é o espaço no qual, nos últimos 20 anos, nasceu e se desenvolveu alguns movimentos sociais<sup>1</sup> de trabalhadores rurais e quilombolas que tomaram para si a responsabilidade de reivindicar e exigir seus direitos por políticas públicas. Porém, essa mobilização de camponeses tem origem na história de vida de uma mulher, negra e trabalhadora rural, conhecida nessa região por Maria do Povo. Esse nome traz a força e a coragem de uma mulher que criou e organizou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova, o Diretório do Partido dos Trabalhadores nessa cidade, a Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo do Tapuio e a Associação Estadual das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Estado do Piauí. Por meio dessas instituições, que abriram um espaço social inédito no sertão semiárido piauiense, os trabalhadores rurais e as populações rurais quilombolas, que têm experiências vividas em comum, se organizaram em busca de projetos coletivos de mudança social por meio das próprias práticas sociais. Neste ensaio, procuro visibilizar a mulher trabalhadora rural, por meio da trajetória de vida de Maria do Povo e demonstrar como surgiram determinados movimentos sociais no semiárido piauiense, mais especificamente, na região que abrange o município de Queimada Nova. Metodologicamente, procuro seguir a lógica dos acontecimentos dos fatos, a partir de uma perspectiva etnográfica que liga a vida de Maria do Povo à formação de movimentos sociais nesse município.

## Início da conscientização política

A comunidade negra rural quilombola Tapuio, onde nasceu e mora Maria do Povo, ou Maria Rosalina dos Santos, está localizada a 12 km da sede do município de Queimada Nova. Sua população é composta por 108 pessoas, sendo 55 mulheres e 53 homens. Ao todo, são 17 famílias que têm na agricultura familiar a base de seu sustento<sup>2</sup>. Cada uma das famílias que compõe a comunidade Tapuio possui um pedaço de terra, caracterizado aqui como sítio. Esse sítio é o patrimônio constituído pelo trabalho da família e é transmitido de pai para filho, segundo regras definidas. Os laços de parentesco caracterizam esse sítio. Todo o território Tapuio é definido pela descendência e pelas trocas matrimoniais.

Desde a formação da comunidade, que ocorreu na segunda metade do século XVIII, até 1992, ano da emancipação de Queimada Nova do município de Paulistana, a presença do Estado, no que tange aos serviços públicos, praticamente foi nula. O único vestígio de uma obra pública no Tapuio foi a construção de uma ponte sob o Riacho Grande para facilitar o acesso, na época das chuvas, dos moradores da cidade de Queimada Nova que se dirigiam à cidade de Paulistana. Essa obra foi realizada pela Prefeitura Municipal de Queimada Nova, com recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, porém, no inverno de 2004, as águas do riacho Grande a destruíram e até hoje não foi reerguida.

A comunidade Tapuio, durante muitos anos, teve que forjar suas alianças com alguns proprietários de fazendas ou sitiantes vizinhos, que se caracterizaram pelas relações de trabalho e parentesco, destacando-se o trabalho na roça e os dos músicos nas festas religiosas ou laicas. É interessante destacar aqui que até a década de 1980, não existia na comunidade Tapuio, segundo a memória de seus moradores, uma liderança reconhecida que pudesse fazer articulação externa com outras comunidades, além de desenvolver estratégias políticas municipais, estaduais ou mesmo federais.





Segundo Maria do Povo, as relações estabelecidas entre políticos da região e a comunidade, “eram baseadas apenas no paternalismo imediatista tendo o voto como objetivo central, que evidentemente ocorriam na época das eleições municipais de Paulistana”. Nesse caso a visibilidade, em certo sentido, só ocorria na época das eleições e depois a invisibilidade voltava. A interlocução também não ocorria com outras comunidades rurais. No mais, essas comunidades eram vistas como “currais eleitorais” e mão de obra barata para as famílias centenárias Coelho e Amorim que comandam a política na região.

Essas duas famílias, que descendem dos antigos proprietários de fazendas de gado e de escravos do século XIX, segundo relatos de Maria Oswaldina dos Santos (irmã de Maria do Povo), vêm dominando a política da região há décadas. De 1938 a 2012 as famílias Coelho e Amorim se revezavam no poder político local, seja para prefeitura municipal ou para a câmara de vereadores (Dados do Censo do Tribunal Regional Eleitoral/PI). Observa-se que, com a diversidade política, representada pelos partidos políticos, continuava a comandar o poder local a mesma dualidade histórica da região. Além do poder político, essas famílias também são detentoras ainda de grande extensão de terras em Paulistana e Queimada Nova.

Foi nesse contexto político que cresceu Maria do Povo, sexta filha de Seu Vicente Francisco dos Santos e Rosalina Ana dos Santos. Seu Vicente era uma das lideranças da comunidade, bisneto do escravo Dionísio da Silva, e neto de Alexandre Dionísio da Silva e Brígida Maria de Jesus um dos casais fundadores do território Tapuio. Dona Rosalina era também bisneta de escravos e entrou na comunidade via casamento, ainda nova, oriunda de outra comunidade negra da região.

A ascendência de Maria do Povo está relacionada com os casais fundadores, isso quer dizer que é considerada uma pessoa “de dentro” segundo a lógica interna Tapuio. Ocorrem então direitos e deveres que só são adquiridos pelo laço de parentesco, o que dá legitimidade “de dentro” à fala de Maria do Povo em sua comunidade. Além das relações de parentesco, a legitimidade de Maria do Povo vem também das relações de compadrio, já que é afilhada de Seu Guilherme, outra liderança local.

A história de vida de Maria do Povo inicia-se com sua infância, parecida com a de milhares de crianças do sertão semiárido nordestino, marcada pela constante luta com o clima, com a terra e a ameaça de fome. Seu pai, Seu Vicente, assim como inúmeros pais de família do nordeste, também migrou para São Paulo à procura de trabalho. Trabalhou como peão na construção civil juntando, aos poucos, pequeno salário para enviar à família. Foram muitas idas e vindas, conforme a “precisão”.

Durante a ausência do Seu Vicente, era Dona Rosalina quem cuidava dos nove filhos pequenos e do sítio. Segundo ela:

“a comida faltava, não tinha comida para todos. A gente se virava com a comida do sertão, eu usava a favela, a aroeira e o marmeleiro são boas para a criação. A semente da favela a gente comia”. Dona Rosalina acrescenta que, “na época de inverno, que não havia comida, eu pegava a semente de umbu, pilava até tirar o leite e fazia umbuzada, assim alimentava os animais e os meninos”.

Os filhos, ainda pequenos, tinham obrigações, as meninas ajudavam a mãe nas tarefas da casa e do quintal, nos cuidados com a pequena criação e pegar água. Já os meninos também ajudavam Dona Rosalina, na persistente tarefa de cuidar da terra (colocar fogo, arar e plantar) e cedo eles já abriam cacimbas no leito seco dos riachos.





Por causa das tarefas no sítio e da longa distância até o colégio, logo Maria do Povo parou de frequentar a escola, porém, conseguiu concluir o primeiro grau. Segundo ela,

“Sempre fiquei envolvida com o trabalho de casa e da roça e depois com as militâncias, por isso não tive tempo de estudar. É um desafio muito grande por ser mulher, negra, trabalhadora rural, que ainda não conseguiu concluir o ensino médio. Mas, para mim, estou na universidade da vida. Entendo que ser universitária é fazer a ligação do conhecimento teórico com a prática. Vejo esse potencial em mim. Estou estudando. Um dia vou concluir. Vejo a necessidade de termos grupos de técnicos agrônomos para dar assistência à agricultura familiar das comunidades quilombolas. Por isso, que eu queria conquistar um diploma universitário de agrônoma, para ajudar meu povo”.

Diante de vários problemas sociais e influenciada pela Igreja Católica, começou, em 1985, os trabalhos de conscientização política e religiosa de Maria do Povo, na época com 21 anos de idade. Nesse ano, alguns jovens da comunidade, como Maria e sua irmã Oswaldina, começaram a participar da Comunidade Eclesiástica de Base – CEB, atrelada à Igreja Católica de Paulistana. O trabalho das duas irmãs consistia em, além de evangelizar, organizar os núcleos de trabalhadores rurais do município de Paulistana para discutir e achar respostas aos vários problemas sociais que afligiam as comunidades rurais.

No Tapuio, Maria do Povo, que já atuava na região como representante da Pastoral da Juventude<sup>3</sup>, começou a trabalhar a catequese com os jovens, posteriormente, Maria também ficou responsável pela Pastoral da Criança. No começo dos trabalhos das Pastorais não havia o apoio dos mais velhos. Segundo Maria,

“A Comunidade Eclesiástica de Base de Tapuio foi iniciada pela juventude, que se reunia, mas não tinha nada de concreto concluído. Um dos desafios enfrentados era a ausência de espaço físico para as nossas reuniões, que aconteciam nas casas de família e muitas vezes não eram bem acolhidos ou não podiam trabalhar temas como drogas e prostituição. Outro desafio foi a dificuldade de articular o trabalho com as pessoas da terceira idade da comunidade, muitos eram tradicionais e não gostavam de nossas reuniões e prendiam as filhas em casa. As pessoas não participavam e achavam que aquele trabalho não tinha sentido nem futuro. A primeira providência que tomamos foi organizar um mutirão para construirmos o salão comunitário, aí nós fizemos os tijolos de adobe e carregamos e tiramos lenha no mato, aí como nenhum de nós era pedreiro, chamamos os pedreiros da comunidade, o Guilherme, Inácio e Sebastião. As telhas a gente conseguiu fazer um apoio para as Cáritas<sup>4</sup> brasileira, e a gente conseguiu o dinheiro para as calhas e as madeiras. Para fazer o piso a gente fez uma festa dançante, a gente pediu para que o sanfoneiro da comunidade tocasse de graça nessa festa, com o dinheiro nós compramos o cimento do piso e as portas. Aí, o espaço era muito pequeno para o tanto de pessoas que iam, aí em 2000 nós conseguimos ampliar com o apoio da SASC [Secretária da Assistência Social e Cidadania do Piauí], que deu dinheiro para a gente comprar madeira e telha o resto fomos nós que fizemos. Essa ação concreta conquistou a confiança da comunidade”.

Depois de conquistar a confiança dos moradores mais velhos da comunidade, Maria do Povo conseguiu, junto aos outros membros da CEB, o apoio da comunidade para a construção de um salão comunitário. As articulações externas, com a CEB e a SASC, para conseguir construir o salão comunitário<sup>5</sup>, de certo modo, ganhou o respeito interno da comunidade, pois demonstrou que era possível ir além do que aguardar as promessas dos políticos da região. Nesse sentido, Maria ganhou força nas articulações internas Tapuio,





conforme demonstrado pelo apoio recebido do sanfoneiro e dos pedreiros, que nada cobraram para ajudar a erguer o salão comunitário. A construção desse salão, em termos de sua organização interna, foi um divisor de águas na comunidade, pois depois da construção a comunidade começou a se organizar. O salão também significou o começo de uma nova unidade religiosa, pois o espaço do sagrado estava instalado no Tapuio.

Posteriormente, Maria do Povo foi coordenar a Pastoral da Juventude na região que engloba a diocese da cidade de Picos. Como representante da Pastoral, Maria do Povo era chamada para participar de vários encontros, dentro e fora do estado do Piauí. Em uma assembleia, ocorrida em Teresina/PI, em novembro de 1991, um padre, do estado do Rio de Janeiro, ministrou uma palestra sobre o tema religiosidade e etnia, abordando as diferenças entre a religião católica e a dos afrodescendentes, despertando o interesse de Maria pela matéria. Na coordenação estadual da Pastoral da Juventude, 12 pessoas trabalhavam com Maria. Segundo Maria do Povo,

“Eu era a única negra e me sentia inferior aos outros, pois não tive oportunidade de estudar, eu tinha vergonha de meu cabelo, enfim, tinha vergonha de ser eu mesma. Eu acho que não eram as pessoas que me viam inferior, era eu mesma que me via inferior perante as pessoas de pele branca, cabelos lisos, que tinham grau de escolaridade. O padre que assessorava a minha coordenação era italiano, conversava muito comigo e me ajudou na busca de minha autoestima. Ele dizia que eu tinha um potencial muito grande, mas que negava isso, e que eu não era diferente das outras pessoas”.

Logo depois, Maria do Povo começou a conversar com membros da comunidade Tapuio, enfatizando a importância da autovalorização de todos os moradores. Começaram assim a tentar resgatar a história da comunidade por meio da memória dos mais velhos. Nesse sentido, a memória atua como um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, pois carrega o sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo na reconstrução de si (POLLAK, 1992).

Maria do Povo, na fala acima, cita também a questão dos cabelos. Segundo Maria, era costume das mulheres no Tapuio usar lenço na cabeça. O lenço, para ela, representava, muitas vezes, a vergonha que tinham de mostrar os cabelos e que de certo modo virou um costume. Esse costume foi, de alguma forma, substituído pelo modismo das tranças nos cabelos. Depois, as mulheres começaram a utilizar as tranças nos cabelos como um símbolo da consciência do que era ser negro.

“Todas nós mulheres tínhamos que ter um lenço novo, para quando fosse numa novena, numa missa, prá feira, ou prá qualquer evento, eu tinha que ter um lenço novo. Para eu fazer um penteado, podia ser o penteado que fosse, mas eu tinha que ter um lenço para amarrar na minha cabeça. Era uma questão mesmo de costume. E isso vinha desde tempos de nossas avós, das nossas tias mais antigas e isso foi passando. Com o passar do tempo, com a minha participação, com a minha militância no movimento negro, a gente foi se libertando um pouco do lenço, naturalmente, isso foi a partir de 1992, depois da Pastoral da Juventude. Agora têm pessoas na comunidade que depois do contato com o Movimento Negro colocaram aquelas tranças, os implantes de cabelo, eu acho que isso é um tipo de moda. Pois, ser negro se passa, não é pelo vestido colorido e nem pelas tranças, ser negro passa por assumir. Trança não é ser negra, tem tantas brancas que tem tranças! Então, foi um processo que nós enfrentamos dentro da comunidade para que as pessoas pudessem adquirir uma consciência de ser negro, e ser negro não é só o vestir, não





é só a trança, ser negro é abraçar a causa [...]. Hoje, trança, dentro da comunidade, passa por uma identificação de se autoassumir”.

O pertencimento, segundo Maria do Povo, para muitas pessoas negras se dá pelo estereótipo africano, utilizando cabelos com tranças e roupas coloridas. Esse manipulável estereótipo cria certa “identidade momentânea negra”, pois quando as tranças que foram implantadas caírem e as roupas coloridas forem tiradas, não se tem mais uma identidade negra. Muitas vezes, o cabelo é visto numa perspectiva de revalorização identitária, porém, não basta usar tranças e roupas coloridas para se identificar enquanto negro. Para ser negro é necessário ter consciência de sua negritude e se aceitar enquanto negro. Nesse sentido Maria é coeva do pensamento de Fanon. Para esse autor se há “um complexo de inferioridade, este surge pelo processo econômico e em seguida, pela epidermização dessa inferioridade (...). O negro tem que tomar consciência para ser um agente ativo da sociedade” (FANON, 1983, p. 12).

## A formação dos Movimentos Sociais no Semiárido

Em 1992, quando ocorreu a emancipação política e administrativa de Queimada Nova, Maria do Povo fundou o Diretório do Partido dos Trabalhadores (PT) nesse novo município. Nas eleições municipais, que ocorreram nesse ano, Maria e sua irmã Oswaldina foram suplentes de vereadores, porém, os candidatos perderam a eleição. Com relação a essa eleição, Maria observa que,

“Senti a necessidade de trabalhar a questão das organizações e da política no município. A única comunidade que já havia trabalhado essas questões com algumas pessoas era a do Tapuio, as outras estavam quase no zero. Os políticos do município sentiam muita dificuldade de se infiltrar na comunidade Tapuio por causa do seu nível organizacional, as outras eram um pouco mais fáceis. Surgiu então a dúvida se enfrentaríamos ou não as eleições municipais. Resolvemos enfrentar a situação, fomos para as eleições de 1992 com candidato a prefeito e a vereador, registramos a chapa e fizemos a campanha nas ruas. Nesse momento também começamos a trabalhar na criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova, porque se perdêssemos as eleições, garantiríamos a organização do município através do Sindicato. A eleição foi em outubro e no mês anterior o Sindicato já estava formado e eu fui indicada e aceitei a direção do Sindicato”.

Com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova, em 14 de setembro de 1992, a demanda de trabalho aumentou e Maria teve que passar a Coordenação da Pastoral da Juventude para Oswaldina. Maria ficou mais conhecida a partir da fundação do Sindicato. Nessa época, Maria começou a ser nominada, por várias pessoas da região de Queimada Nova e Paulistana, como Maria do Povo. Nesse processo, começou a ocorrer visibilidade política tanto de Maria do Povo, quanto da comunidade Tapuio.

Desde a fundação do Sindicato até hoje, Maria do Povo assumiu quatro vezes sua presidência. A primeira gestão foi de 1992 a 1995, a segunda de 1995 a 1998, a terceira de 1998 a 2001 e a quarta começou em 2005 e finalizou em 2008. Todos os moradores adultos da comunidade Tapuio hoje são filiados ao Sindicato e as mulheres representam o maior número.

No final de 1994, Ruimar Batista, do Movimento Negro de Teresina, que conheceu Maria do Povo em encontros desse Movimento, foi para a comunidade Tapuio dar prosseguimento ao trabalho de conscientização política do grupo. De acordo com Maria do Povo, Ruimar fazia pequenas reuniões





com as pessoas para que falassem de suas vidas e, depois de escutar bastante, conversava sobre os problemas sociais. Maria do Povo assevera que, “outras pessoas foram reforçar o trabalho e intensificaram a questão da percepção de cada um sobre si mesmo”. No ano de 1995, como resultado das ações do Movimento Negro na comunidade Tapuio, Maria do Povo e outras pessoas criaram a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Tapuio com a intenção de desenvolver a comunidade no seu aspecto político e social. Além disso, para Maria do Povo, “a luta da associação é buscar a implementação de políticas públicas, como a construção de um centro de saúde e de uma escola na comunidade”.

No ano seguinte, Maria do Povo participou de várias reuniões do Movimento Negro em Teresina, no intuito de organizar melhor a comunidade Tapuio com relação aos seus direitos constitucionais. Ainda nesse ano, o tio de Maria do Povo, José Andreino, esteve num encontro das CEBs em Santa Maria (RS) cujo tema foi a questão racial. Quando retornou, realizou um trabalho de conscientização da negritude. Ao trabalhar os múltiplos significados do termo “luta” no cotidiano dos trabalhadores rurais, Comerford (1999) analisa que as pessoas, ao destacar o pertencimento às organizações e/ou situações sociais, dão sentido à existência de uma comunidade. A luta, simbolicamente, também reflete um projeto político, uma estratégia de atuação que extrapola o conflito localizado ou o sofrimento da população pobre do campo.

Em 1996, novamente, descendentes das famílias Coelho e Amorim foram eleitos para as prefeituras do município de Paulistana e do município de Queimada Nova. Nessas eleições, Maria do Povo concorreu ao cargo de vereador, entretanto, não foi eleita, segundo ela, por falta de recursos financeiros e infraestrutura,

“Não tínhamos apoio no município. Em muitos momentos fui zombada e humilhada, passei fome. Teve um dia, na eleição em que eu estava no povoado de Jacu, em busca de um apoio para meu partido o PT, aí subi num carro [caminhonete] que passava que era de outro partido, pois eu como não tinha carro andava a pé, então a pessoa que dirigia parou o carro e me mandou descer. Foi muito difícil dar o primeiro passo para fortalecer o PT e sua luta, principalmente quando você é mulher e negra”.

A discriminação que os negros sofrem não é vivenciada apenas em decorrência do processo mais abrangente de expropriação de sua autonomia e da subordinação política, social e econômica que marcaram e marcam suas relações com a sociedade. Ela apoia-se em características físicas, constituindo-se, enquanto categoria inerente ao imaginário social, um instrumento cultural usado para tornar inteligíveis relações sociais hierarquizadas. Neste sentido, de acordo com Suárez (1992, p. 08), a categoria negro, assim como a categoria mulher, constituem-se categorias subordináveis, sendo que as diferenças culturais são valorizadas diferenciadamente e hierarquizadas. Ainda conforme essa autora,

“Enquanto os homens brancos são classificados como seres culturais, as mulheres de todas as cores e os homens negros têm sido situados, em alguma medida, no campo da natureza que é o campo do ‘dado ao homem’, do subordinável, do essencialmente imutável e, portanto, impermeável ao arbítrio da história”.

Apesar da discriminação que Maria do Povo foi alvo, essa não se abalou e prosseguiu com seu intento de buscar políticas públicas para as comunidades negras rurais quilombolas. No ano de 1998, Maria do Povo participou de um encontro realizado pela Coordenação Nacional do Movimento Quilombola, em João Pessoa (PB). De acordo com ela,





“Voltei de lá com o compromisso de levar a discussão a sério na comunidade, depois, com a discussão já encaminhada sobre a questão quilombola. Nesse encontro planejamos o 2º Encontro Nacional dos Quilombolas que iria acontecer em Salvador, no ano 2000. Foi aí que fiquei responsável por discutir as questões levantadas em todas as comunidades negras do estado do Piauí até o 3º encontro. Assim que voltamos do encontro em Salvador, criamos uma pequena comissão para fazer esse trabalho e com isso outras pessoas dessa e de outras comunidades começaram a participar”.

A partir desse encontro Maria do Povo abandonou outras coordenações das quais ainda participava, como a Comunidade Eclesiástica de Base e a coordenação da Pastoral da Juventude, para ficar apenas no Sindicato e trabalhar a conscientização e a organização das comunidades negras rurais. Nos encontros do Movimento Negro nacional e estadual, Maria do Povo ficou conhecida como Maria Rosalina. Desse momento em diante, por meio das reuniões na comunidade Tapuio, que estavam ocorrendo desde 1995, a comunidade começou a ter mais consciência de sua origem ligada à escravidão, assim como dos direitos das comunidades remanescentes de quilombo. Nota-se que a memória de origem nesse caso está atrelada à constituição dos direitos.

Faltava para Maria do Povo “passar essa conscientização que tem a comunidade Tapuio para as outras comunidades negras do Piauí”. A questão financeira tornou o processo de ida às comunidades negras rurais quilombolas muito lento, pois não contavam com recurso nenhum. Maria do Povo, mesmo sem recursos, conseguiu realizar o primeiro Encontro Intermunicipal sobre a questão quilombola na cidade de Paulistana. Cada pessoa, conta ela: “colaborava com o que podia”. Em julho de 1999, como resposta ao trabalho de Maria do Povo em todo o estado do Piauí, o 2º Encontro já contava com 80 representantes de comunidades negras rurais. Nesse sentido, Maria do Povo assevera que

“o encontro mexeu com muitas pessoas que passaram a se identificar e se aceitar como quilombolas. Voltamos para a comunidade e criamos um grupo de trabalho para discutir essas questões e assumir o compromisso de articular com outros municípios. No início contamos com o apoio da CPT – Comissão Pastoral da Terra – e da Cátira da Igreja Católica, não tivemos apoio de nenhum órgão público.”

No final de 1999, Maria do Povo começou a participar da Organização não Governamental “Coletivo de Mulheres”, isso porque, segundo ela: “a maioria dos sócios do Sindicato eram mulheres”. No ano de 2000, Maria do Povo já era conhecida nas esferas federais, que atuavam com a política para as comunidades quilombolas, como a Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura. Dessa época em diante, começou a ser frequente as idas e vindas à Brasília para participar de reuniões e encontros sobre a questão quilombola. Nessa época, também, a comunidade Tapuio discutia os direitos das comunidades quilombolas estabelecidos pelo Art. 68 do Ato das Disposições Transitórias, da Constituição Federal.

Com o intuito de ainda tentar eleger uma pessoa preocupada com as comunidades rurais de Queimada Nova para o cargo de vereador, Maria do Povo apoiou o candidato Edson Torres, natural da região. No final das eleições, mesmo não conseguindo eleger o prefeito de sua chapa, Edson Torres foi eleito. O prefeito eleito foi da família Amorim e o seu vice da família Coelho.

Para fomentar a discussão sobre o direito à terra dos trabalhadores rurais no semiárido nordestino, em 2001, retornou à cena na região, a Comissão Pastoral da Terra - CPT, representada na época pelas irmãs de Maria do Povo,







Oswaldina e Marilene. Tinham como função criar e fortalecer a organização dos trabalhadores rurais dos municípios de Queimada Nova, Paulistana, Lagoa do Barro e Acauã, que estão inseridos na mesorregião do sudoeste piauiense. A luta principal da CPT é contra a expulsão dos pequenos agricultores de suas terras. São muitos os exemplos na região de comunidades rurais, como a dos Tapuio, cujos membros não possuem o título definitivo da terra, somente o documento de posse. Fato decorrente da desastrosa Lei de Terras de 1850<sup>6</sup>.

A partir da memória de luta pela terra na comunidade Tapuio, foi relatado, por Seu Inácio Adriano dos Santos que:

“No começo do ano de 2002 uma parte das terras da comunidade foi invadida por um posseiro chamado “P”<sup>7</sup>, ele disse que as terras eram dele, mas nós moradores do Tapuio, que só possuímos documento de posse, e outros nem isso têm, não conseguimos expulsá-lo daqui”.

Outra problemática fundiária, que vinha se alastrando desde 1948, foi o pedido de Marcelino Rodrigues Coelho (processo nº 22/1948) para demarcar, em seu nome, as terras da fazenda Brejo, cujos sítios da comunidade Tapuio estão inseridos. Somente no dia 10 de dezembro de 2003 a ação foi julgada improcedente e a sentença foi pelo arquivamento do processo.

A Fundação Cultural Palmares, por meio do programa do governo federal “Fome Zero”<sup>8</sup>, assinou, no começo do segundo semestre de 2003, o convênio n.º 006/2003 com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, esse convênio teve como objetivo a execução de ações estruturantes nas comunidades remanescentes de quilombos, com vistas à autossustentabilidade e superação da situação de insegurança alimentar dessas comunidades. Uma das ações desse convênio foi a regularização fundiária das terras da comunidade do Tapuio como território quilombola<sup>9</sup>. Para Maria do Povo,

“Esse programa foi fundamental para que as pessoas da comunidade Tapuio assegurassem sua terra. Além disso, a comunidade é assistida por meio desse programa que traz dignidade para todas as pessoas, a nossa luta é passar esses mesmos benefícios, que nossa comunidade recebeu, para as outras do Piauí”.

Das discussões sobre a conscientização dos direitos da população negra na comunidade Tapuio até a autoidentificação e o reconhecimento oficial da comunidade negra rural Tapuio como remanescente de comunidade quilombola durou nove anos, de 1995 até 2004. A identificação como quilombola provocou também na comunidade, em 2004, a mudança do nome da associação local. Antes era denominada de Associação de Desenvolvimento Comunitário do Tapuio e depois dessa data foi alterada para Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo do Tapuio. Nesse processo de busca da memória de origem, Maria do Povo ressalta que,

“No começo foi muito difícil, tinham pessoas negras, que não se consideravam negros. Aos poucos, depois de muita reunião, em que as pessoas falavam sobre a origem da comunidade, foi que as coisas começaram a melhorar. Os mais difíceis eram os mais velhos, eles não queriam mudança. Aí eu expliquei que não iria acontecer nenhuma mudança, as coisas iam continuar como eram, pois eles sempre foram quilombolas e nada disso ia mudar, não é uma lei que vai fazer com que eles mudem o que são, mudem a sua origem de escravos. O que é novo são os direitos, este sim é novo”.

Nesse período de discussão, no qual as “regiões de memória” Zonabend (1980) da comunidade foram trabalhadas, por meio das discussões,





emergiu a identidade quilombola Tapuio. Na medida em que a memória da comunidade distanciava-se do presente, caminhando em direção aos casais fundadores, vários acontecimentos importantes, situados nas regiões da memória do passado, começaram a ser falados. Esse processo deu origem a uma tradição oral local, que, acima de tudo, dá o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência ao mundo vivido pela comunidade.

Paralelamente às questões quilombolas, Maria do Povo erguia mais uma luta, a de ser prefeita de Queimada Nova. Em 2004, Maria do Povo disputou as eleições para a prefeitura, ficando em terceiro lugar. Nesta eleição, foi eleito Edinaldo Alves dos Santos, apoiado pelo ex-prefeito Valdemar Dias Amorim. Os vereadores eleitos foram Celso Nunes Amorim, Adélcio Evangelista Coelho, João Rodrigues, Florêncio Manoel da Mata, Gildemar José Neto, Geloleci Rodrigues e Paulino Luiz Coelho. Em Paulistana, Luís Coelho da Luz Filho foi novamente eleito prefeito. Os candidatos da comunidade Tapuio que concorreram ao cargo de vereador, porém, não foram eleitos, eram: Inácio Adriano dos Santos (primo por parte de pai de Maria do Povo) e Marinei Maria dos Santos (irmã de Maria do Povo). A avaliação de Maria do Povo sobre sua candidatura à prefeitura de Queimada Nova foi a seguinte,

“Já participei como candidata à vereadora e, na última eleição, como prefeita. Em nenhuma fui eleita, mas considero ter sido vitoriosa. Como candidata à prefeita, mulher negra e sem nenhum centavo, enfrentei um sistema econômico estrondoso. Mesmo assim, coloquei nossa cara na rua para dizer que somos um grupo para defender a causa dos trabalhadores rurais e a vida. Não ganhamos a prefeitura, mas incomodamos e ocupamos espaços”.

Segundo o Jornal Destaque da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial, de 4 a 10 de junho de 2005, Maria Rosalina dos Santos (Maria do Povo), foi a “Ponta de lança dos quilombolas do Piauí - Ela é um dos expoentes na luta pela regularização fundiária e serviços básicos nas áreas de saúde, educação, trabalho e renda das comunidades remanescentes de quilombos”. Nesse jornal, Maria do Povo afirmou que,

“Os prefeitos estão buscando projetos junto ao governo do Estado e dizem que só recebemos porque eles buscaram para nós. Isso não é uma forma de incluir, mas uma forma de continuar a escravidão, a exploração e a exclusão. É preciso que se trabalhe de forma integrada e respeitando a organização das comunidades negras rurais quilombolas.”

Para Maria do Povo, somente por meio da organização dos movimentos sociais rurais é que as comunidades de trabalhadores rurais, seja negra ou branca, poderão transformar o poder local e criar uma sociedade solidária e justa. As atuais relações mantidas por ela, com o governo estadual e federal, modificou uma regra histórica de submissão política e econômica para com as duas famílias centenárias da região. Em todas as comunidades de trabalhadores rurais no estado do Piauí em que estive, observei essa mudança, principalmente, nas comunidades negras rurais quilombolas trabalhadas por Maria do Povo. Esse trabalho, que ela vem desenvolvendo, tem aos poucos mudado a política regional caracterizada pelo clientelismo, para desespero dos políticos “tradicionais”. De acordo com Maria do Povo, os projetos do governo, como instalação de cisternas, acesso aos documentos e, principalmente, o “bolsa família”, têm motivado as pessoas a se organizarem em suas localidades em prol dos seus direitos.

No ano de 2005, Maria do Povo fazia parte de várias instituições, da seguinte forma: coordenava a Associação Comunitária dos Remanescentes de





Quilombo do Tapuio; presidia o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Queimada Nova; era conselheira do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR e também era uma das coordenadoras da Coordenação Nacional de Quilombos – CONAQ. Maria do Povo ainda representava todas as comunidades de remanescente de quilombo no estado do Piauí por meio da Associação Estadual das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Piauí, criada por ela e pelo ex-vereador Edson Torres. No ano de 2003 eram apenas cinco comunidades quilombolas identificadas em todo estado do Piauí. Após o início dos trabalhos da Associação Estadual Quilombola, foram registrados, em 2006, 107 comunidades quilombolas. Atualmente, o estado do Piauí possui 172 comunidades quilombolas, segundo essa associação.

Por causa das atividades políticas e das alianças desenvolvidas por Maria do Povo, o quilombo Tapuio, junto aos quilombos Barroco, Mucambo, Oitis, Pitombeira e Sumidouro, localizados no município de Queimada Nova, além dos quilombos Angical, Barro Vermelho, Cariço, Chupeiro, Extrema e São Martins, localizados no município de Paulistana, são alvos de políticas públicas estaduais e federais. A Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombo do Tapuio conseguiu, de acordo com Maria do Povo,

“Beneficiar o município de Queimada Nova com 100 cisternas, foi a associação que viabilizou o projeto e que recebe os recursos para a construção das cisternas. E outro projeto que a gente está trabalhando é o da inclusão digital, a associação é a instituição proponente desse projeto. Conseguimos, além disso, o apoio e a participação de toda a comunidade Tapuio. Hoje todas as famílias da comunidade são sócias da associação. Quando iniciou somente parte da comunidade fazia parte, hoje todas as famílias participam”.

## **Maria do Povo: uma liderança política**

A política de inclusão social e as alianças com diversos grupos sociais trouxeram uma grande visibilidade para Maria do Povo nas várias comunidades rurais da região de Queimada Nova e Paulistana. Seu nome é sempre lembrado como uma pessoa que ajuda as outras. Durante a minha estada na comunidade Tapuio, em janeiro de 2004, Maria do Povo me convidou a ir, com ela e com o vereador Edson Torres, no povoado Cantinho, distrito do município de Queimada Nova. Lá chegando, Maria do Povo foi logo cercada por várias pessoas, todos queriam falar sobre algum tipo de problema. Na medida em que o tempo passava o grupo de mulheres e homens (adultos e idosos), só ia aumentando e o que era para ser uma visita a um povoado se tornou um grande “consultório” a céu aberto.

Após quase duas horas em pé, fomos para uma casa, a pedido do proprietário, continuar as “consultas”, em seguida foi organizada uma fila para que todos pudessem, organizadamente, conversar com Maria do Povo. As conversas giravam em torno de: aposentadoria, auxílio-maternidade, doenças, crédito para custeio de semente, questões relacionadas ao Sindicato, política do município, dentre outras questões. No final da tarde, quando a fila já tinha terminado, fomos na casa de uma pessoa que Maria do Povo queria conversar. Porém, num curto trajeto Maria do Povo foi parada por várias vezes pelos populares para conversar. Foi quase uma hora só nesse percurso. Pude, em outras ocasiões, presenciar o grande carisma que ela possui perante a população. Além disso, todas as segundas-feiras, Maria do Povo recebe, no Sindicato, várias pessoas que desejam conversar sobre assuntos diversos.



Como consequência de suas alianças, em agosto de 2006, foi aprovado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, em parceria com a Petróleo Brasileiro S. A. – PETROBRAS e o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, um projeto de desenvolvimento sustentável, tendo como foco o beneficiamento de cerâmica vermelha, para a comunidade Tapuio. O objetivo desse projeto, coordenado pela Maria do Povo, foi também o desenvolvimento da comunidade e a geração de trabalho e renda.

“Quando defendemos a causa quilombola, as pessoas pensam que não é preciso estabelecer prioridade, temos que estabelecer sim, porque as comunidades rurais quilombolas sofrem mais. Todos somos negros, mas as comunidades quilombolas são mais excluídas do que os grupos negros que moram em área urbana, que são assistidos por rede de água, energia. Quem está na zona rural sobrevive da coragem e da resistência. Por outro lado, é bom porque trocamos experiência, aprendemos uns com os outros e compreendemos o diferente. É uma oportunidade de ouvir outros grupos também discriminados pela sociedade brasileira. Vejo os depoimentos dos ciganos de terem um espaço para serem vistos como cidadãos e cidadãs. É um espaço interessante de conhecimento e construção de propostas de políticas de inclusão social. Ou seja, se faz uma construção dentro do diferente” (Maria do Povo).

A fala de Maria do Povo, como liderança quilombola, faz o resgate da memória com inovações, pois une, por meio de suas experiências, grupos excluídos das políticas públicas no Piauí, como as comunidades rurais e as comunidades negras rurais quilombolas. Essas comunidades fazem parte do universo rural e a realidade dessas é diferente das que estão em áreas urbanas. Mesmo em relação aos grupos quilombolas, que trazem a unidade da negritude, suas realidades são diferentes, pois quem está na zona rural “sobrevive da coragem e da resistência”. Essa diferença de realidades, assim como o grupo de ciganos, constrói uma unidade no discurso pela inclusão social, ou como Maria do Povo disse “se faz uma construção dentro do diferente”.

Ao analisar o papel dos Sindicatos de trabalhadores rurais na compreensão das chamadas novas etnias, Almeida (2002, p. 72) acredita que “estamos vendo que as organizações sindicais, em inúmeros contextos, se revelam limitadas, restritivas para contemplar todas as expectativas de direito das chamadas novas etnias”. Porém, analiso que Maria do Povo, como líder sindical e quilombola, congrega o que falta nas outras organizações sindicais, ou seja, a experiência de trabalhos com grupos negros rurais quilombolas, associada à experiência com o movimento sindical. O Sindicato, nesse caso, é uma ferramenta para a luta quilombola, camponesa e de vários outros grupos discriminados pela sociedade nacional.

Geralmente, o que chama a atenção das pessoas de fora da região quando entram no Sindicato é o grande número de mulheres que o administram e também o grande número de mulheres que são filiadas. Durante um dia observando as atividades do Sindicato, pude perceber que, das 72 pessoas que foram no Sindicato no dia 04 de novembro de 2005, 43 eram mulheres, perfazendo aproximadamente 60% do total, e 29 eram homens, ou seja, cerca de 40%. De acordo com as “práticas e valores tradicionais”, as mulheres chegam, geralmente, acompanhadas de seus filhos, irmãs, ou de suas mães idosas, nunca vão sozinhas. Já os homens, quase em todos os casos, vão sozinhos, às vezes, são acompanhados por um vizinho, também sindicalizado.

Ocorrem, neste sertão do semiárido piauiense, “práticas e valores atuais” com relação aos novos papéis que as mulheres trabalhadoras rurais assumiram, que vão muito além do sítio. Nesse sentido, um dado interessante é que o Sindicato possui, de acordo com um levantamento realizado pela direção em





novembro de 2005, 3.200 pessoas sindicalizadas, dessas 2.054 são mulheres, ou seja, cerca de 64% são mulheres trabalhadoras rurais.

Dona Maria Francisca Pereira Ferreira, integrante do quadro administrativo do Sindicato, é agricultora e mora numa pequena localidade do município de Queimada Nova. Uma vez por semana vai trabalhar no Sindicato, pois todos no Sindicato têm uma programação de trabalho. Nesse dia, Dona Maria deixa os filhos e os afazeres do “chão de morada” (WOORTMANN, 1990) sob a responsabilidade do seu marido. Ela diz que: “eu gosto de trabalhar no sindicato, as mulheres têm que mostrar que podem fazer este serviço, meu marido me apoiou para que eu entrasse na direção do Sindicato”.

Baseada no princípio de que todas as pessoas podem ser incluídas no Sindicato, Maria do Povo criou no quadro administrativo do Sindicato uma coordenação de jovens e outra coordenação de mulheres. Além disso, o Sindicato também fornece café da manhã, almoço e jantar para as pessoas que, de alguma forma, trabalham pelo Sindicato ou apenas o visitam. Todo o semestre o Sindicato traz um médico oftalmologista para consultar os filiados.

Como representante das comunidades quilombolas do Piauí, Maria do Povo geralmente participa de todas as manifestações de apoio a essas comunidades. Em setembro de 2005, foi chamada pela liderança do quilombo Sumidouro para ajudá-la numa disputa com a prefeitura de Queimada Nova. O Prefeito da cidade, ao querer se apossar de uma fonte de água da comunidade, mandou funcionários da prefeitura com caminhões-pipa para o local, com o intuito de enchê-los. Porém, a terra e a escassa água pertencem à comunidade de Sumidouro. Maria do Povo e moradores da comunidade interditaram a entrada do quilombo por não concordarem com a atitude do prefeito. A polícia militar, acionada pelo prefeito, chegou à comunidade e agrediu Maria do Povo e alguns quilombolas.

No dia 17 de outubro de 2005 Maria do Povo recebeu a visita da ministra Matilde Ribeiro, Ministra-Chefe da SEPPIR à época, técnicos dessa instituição, acompanhados da cantora Sandra de Sá e outras lideranças políticas do Estado. Essa visita tinha como objetivo promover um intercâmbio cultural para uma futura produção musical<sup>10</sup> e a inauguração do salão comunitário do quilombo Sumidouro. Maria do Povo aproveitou a visita para divulgar a agressão que ela e os quilombolas sofreram da polícia.

“Um dia antes havíamos sido agredidas pela polícia porque reagimos à retirada de água da fonte da comunidade de Sumidouro, que é a única da comunidade. Nos sentimos fortalecidos com a presença das autoridades vindas de Brasília, isso mostra que não estamos sozinhos. Foi um dia de sonho realizado”<sup>11</sup>.

A vinda de uma ministra de Estado a uma pequena cidade do sertão do semiárido nordestino aumentou a visibilidade política de Maria do Povo. De acordo com o ex-vereador Edson Torres, algumas pessoas disseram que “se a Maria do Povo conseguiu trazer uma ministra aqui no fim do mundo, que é Queimada Nova, imagina o que ela pode fazer para o bem da cidade”. Na semana que antecedeu a visita da ministra, políticos da região, deputados estaduais, secretários do Governador, ligavam para o Sindicato atrás de Maria do Povo, pois todos queriam marcar presença na solenidade. Segundo Maria do Povo, os políticos “tradicionais” da região não gostaram da visita, pois demonstrava a força política dela. Maria do Povo relatou: “fato que na história de Queimada Nova nunca aconteceu. O medo deles também foi que eu falasse sobre a agressão que nós sofremos, na comunidade de Sumidouro”.





A secretária da Assistência Social e Cidadania do Piauí – SASC, Sr.<sup>a</sup> Rejane Dias, representando o Governador do Piauí no evento acima, afirmou que,

“O governador Wellington Dias está empenhado com a luta da comunidade quilombola do Sumidouro, ao tempo em que adiantou que o Governo do Piauí já está realizando o diagnóstico para a aplicação de políticas públicas que possibilitem o aproveitamento do potencial econômico e social da comunidade remanescente dos quilombos em Queimada Nova, especialmente dos povos negros das localidades Tapuio e Sumidouro”.

O evento acima foi importantíssimo para dar continuidade aos projetos desenvolvidos pela Associação Estadual das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Piauí, que congrega dezenas de comunidades negras rurais quilombolas desse Estado. A coordenação da Associação era realizada por Maria do Povo e, atualmente, está sob a responsabilidade de sua irmã, Oswaldina Rosalina dos Santos.

No seminário sobre Mulheres quilombolas: “Gênero e Políticas Públicas para o etnodesenvolvimento”, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e MDS, ocorrido no mês de abril de 2005, em Brasília/DF, as mulheres do quilombo Tapuio foram representadas por Marilene Rosalina (irmã de Maria do Povo). Ao todo, 21 mulheres representaram seus quilombos no encontro, além de representantes de ministérios, secretarias governamentais ligadas ao tema e movimentos sociais. De acordo com Marilene “Com esse encontro nós estamos adquirindo mais informação para sermos as multiplicadoras das ações do ministério na nossa comunidade. Com isso, nós estamos sabendo quais as secretarias e os parceiros que podem nos ajudar”.

Em novembro de 2005, como parte de seu projeto de inclusão e cidadania, Maria do Povo articulou com o MDA para que o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural fosse implementado no município de Queimada Nova. O projeto consistia em possibilitar às mulheres trabalhadoras rurais a aquisição de documentos (registro de nascimento; carteira de identidade; carteira de trabalho; CPF) com o propósito de poderem participar de programas sociais. O evento ocorreu no Sindicato e contou com a participação maciça de mulheres trabalhadoras rurais que aproveitaram o momento para também tirar a documentação de seus filhos.

Percebe-se, nos movimentos sociais que atuam no município de Queimada Nova uma unidade em mobilizar e organizar os trabalhadores rurais em geral, seja quilombola ou não. Todos trazem a capacidade constitutiva de estimular direitos e atuam em espaços antes fechados e os politizam. Esses “novos” atores são portadores de uma consciência de transformação social, originada em seus próprios processos de sociabilidade. Nesse sentido, problemas básicos das comunidades rurais do sertão do semiárido piauiense, como seca, terra, luz, água, são discutidos com o intuito de se procurar resolvê-los coletivamente.

Maria do Povo, desde 1997, vem lutando para que a comunidade Tapuio tenha luz elétrica. Na época a Companhia Energética do Piauí S/A realizou um levantamento para aumentar a capacidade energética da cidade de Queimada Nova, mas como o traçado da fiação passava ao lado da comunidade Tapuio, Maria do Povo solicitou à Companhia que fizesse um projeto para levar luz à comunidade. Porém, depois de tudo pronto, a Companhia passou o projeto para a Prefeitura Municipal de Queimada Nova e o prefeito à época desconsiderou o traçado original e alterou-o, fazendo com que a comunidade ficasse anos sem energia elétrica. Apesar disso, Maria do Povo conseguiu, por





meio da SEPPIR, que o projeto do governo federal “Luz para Todos<sup>12</sup>” atendessem também a comunidade Tapuio, fato que ocorreu em agosto de 2006. Uma das atuais metas de Maria do Povo é fazer com que outras comunidades rurais da região sejam assistidas por esse projeto.

Normalmente, informações, notícias e recados, em grande parte das comunidades rurais do nordeste, chegam via rádio. Praticamente, em todas as casas dessas comunidades, há pelo menos um rádio de pilha que fica ligado o dia todo. Pensando nessa comunicação e também na informação, Maria do Povo, por meio do Sindicato, inaugurou um programa na rádio Ingazeira de Paulista<sup>13</sup>. Segundo Maria do Povo,

“O programa na rádio é um programa pago, a gente paga uma taxa por mês, o programa é do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Queimada Nova em conjunto com o Sindicato do município de Acauã. É um programa que a gente tem oportunidade de divulgar a demanda do Sindicato e a demanda do movimento quilombola. Todas as ações são coordenadas em parceria com o Sindicato e em parceria com a Associação Quilombola. E também, é um espaço que a gente tem para divulgar todos os programas tanto do governo federal, quanto do governo estadual, para inclusão das comunidades, ou seja, da população que é minoria e não tem oportunidade nas políticas públicas. No programa eu falo para os trabalhadores rurais e aí os quilombolas são também trabalhadores rurais”.

A fala de Maria do Povo demonstra que a categoria trabalhador rural é diretamente associada, pelo viés do trabalho, à categoria quilombola. Nesse momento, quando se fala do trabalhador camponês e quilombola, ambos estão juntos, unidos pelo trabalho em comum, além de estarem articulados na preservação dos recursos escassos – terra e água. Nesse sentido, o trabalho com a terra<sup>14</sup> dá origem à identidade do trabalhador rural, a terra é a categoria máxima nessa construção da identidade camponesa.

A disputa política que ocorre atualmente no município é entre Maria do Povo e integrantes das famílias Coelho e Amorim. De certa forma, o passado escravagista ainda vive simbolicamente nos conflitos. Por isso, as alianças conquistadas por Maria do Povo tiveram que ser construídas fora da região, onde os movimentos sociais de Queimada Nova conseguiram visibilidade política, a fim de que as relações políticas locais fossem simétricas. Segundo Maria do Povo,

“O Piauí é um dos Estados menos desenvolvidos em relação à administração política e quando a comunidade negra se organiza, a administração pública a abandona e a deixa desassistida. Se a comunidade não se organizar, ela tem que aceitar ser controlada e alienada pelo poder público. A comunidade Tapuio nunca se deixou levar pela alienação política e por isso ficou desamparada e marcada pelo município. Para o poder público municipal e no mapa do município não existe a comunidade Tapuio. Pelo fato dela ter a sua autonomia, e tomar decisões próprias”.

Para neutralizar ideologicamente a dominação, essas alianças deram visibilidade aos movimentos quilombola e dos trabalhadores rurais. A história de vida de Maria do Povo se confunde com o processo de conscientização político e social de mulheres e homens, negros e brancos, trabalhadores rurais do sertão do semiárido piauiense, que eram marcadas pelas relações assimétricas, de dominação e dependência, e que hoje são marcadas pela luta de direitos, por meio dos movimentos sociais.





Nas eleições de 2008, ante as várias dificuldades financeiras, Maria do Povo foi eleita vereadora, pelo Partido dos Trabalhadores, para a Câmara Municipal de Queimada Nova, com um total de 319 votos. No ano de 2011, no 42º Simpósio Brasileiro de Prefeitos, Vereadores, Secretários e Assessores Municipais, edição Nordeste, realizado em Recife/PE, Maria do Povo foi homenageada com a medalha Dom Pedro II pela melhor atuação na legislatura do município de Queimada Nova<sup>15</sup>. Em decorrência de seu trabalho na Câmara Municipal, nas eleições ocorridas no ano de 2012, Maria do Povo, com 48 anos de idade, foi reeleita vereadora com 396 votos.

Nesse mesmo ano, Maria do Povo, como representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, recebeu, em Brasília, das mãos da Ministra da Cultura à época, Sr<sup>a</sup> Marta Suplicy, certidões de reconhecimento, emitidas pela Fundação Cultural Palmares, de 23 comunidades quilombolas do Piauí.

Certa vez, perguntei à Maria Rosalina dos Santos qual era o peso de ser Maria (da comunidade quilombola Tapuio), Maria do Povo (liderança sindical e vereadora) e Maria Rosalina (liderança quilombola do estado do Piauí), ela me disse que,

“Eu vejo que Maria, não ressoa tão forte, Maria do Povo, quando as pessoas me tratam dessa forma, eu recebo um peso, um peso do tamanho da minha responsabilidade, do meu compromisso com aquele povo, então eu sinto isso. É como se alguém colocasse um fardo bem pesado em minhas costas. Quanto à Maria Rosalina, eu percebo uma energia que me dá ânimo para continuar a questão da militância lá fora, mas também traz uma cobrança, quer dizer, as pessoas pensam, é a Maria Rosalina que está responsável pelo movimento a nível estadual, então tenho que ligar para Maria Rosalina para resolver isso ou aquilo, sabe? É uma cobrança bem maior, mas eu me sinto mais tranquila porque é uma visão externa, ou seja, por mais que as pessoas me cobrem eu não estou ali próxima às pessoas no momento para resolver. Agora, essa Maria do Povo, é um peso porque as pessoas estão bem próximas de mim, e aí, por um outro lado é essa Maria do Povo que está cercada de inimigos, de grupos que trabalham vinte e quatro horas de forma negativa prá fechar o cerco com eu ali dentro e colocar fogo. É por isso que eu recebo como um peso porque eu estou mais próxima de tudo, estou mais próxima do povo que acredita, que busca, que espera, mais eu também estou mais próxima dos inimigos que percebem a capacidade de Maria do Povo e trabalham para destruir essa capacidade. Esses inimigos são os grupos políticos locais, em cada esquina que eu passo tenho de dar de cara com esses grupos que tentam transmitir essas energias negativas. Eu tenho três nomes em que cada um traz um peso bem forte, cada nome é uma pessoa, que tem que enfrentar as coisas que são diferentes. Maria, Maria Rosalina e Maria do Povo, todas tem o seu fardo para carregar”.

Nota-se, pelo discurso de Maria Rosalina, que há um peso social em cada uma das “Marias” construído pelas situações sociais. Nesse caso, são as *situações sociais* Oliveira (1976) que definem as Marias. As identidades de Maria Rosalina dos Santos, enquanto Maria, Maria do Povo e Maria Rosalina, são identidades situacionais que adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas. A representação aqui atua simbolicamente para classificar o mundo e nossas relações no seu interior Hall (1997), pois as identidades são formadas e transformadas no interior da representação. Assim, existem três Marias, cada uma delas representa uma identidade própria em seus “campos sociais” Bourdieu (1984). Cada identidade, por sua vez, foi construída de forma distinta, porém, são complementares.







## Considerações finais

Ao abordar a gênese dos movimentos sociais numa pequena cidade do sertão do semiárido piauiense, analiso que é necessário compreender como as formas de dominação são internalizadas e respondidas pelas diversas comunidades rurais, seja quilombola ou não e que estratégias demonstram para lutar contra elas e reconverter suas posições na sociedade.

As estratégias de alianças desenvolvidas por Maria do Povo foram fundamentais para conseguir sair da subordinação secular imposta pelos políticos locais. As alianças conquistadas tiveram que ser construídas, portanto, fora da região de Queimada Nova e Paulistana, onde os movimentos sociais conseguiram visibilidade política, a fim de que as relações políticas na região fossem simétricas e não hierarquizadas.

A vida de Maria do Povo não representa somente o surgimento de movimentos sociais na área rural, mas, principalmente, a visibilidade da mulher trabalhadora rural que está, aos poucos, mudando o quadro político rural no sertão nordestino, antes caracterizado, principalmente, por ser um espaço masculino. Hoje são várias “Marias”, “Margaridas”, “Raimundas”, “Antônias”, etc, que estão no comando de Sindicatos, Associações, partidos políticos e movimentos sociais.

Ao analisar o surgimento de movimentos sociais num pequeno município do interior do estado do Piauí, sendo orquestrado, mesmo contra todas as adversidades, por uma mulher, negra, trabalhadora rural e quilombola, procurei também chamar a atenção para a escassez de estudos no sertão do semiárido piauiense.

## NOTAS

<sup>1</sup> Para um olhar aprofundado sobre movimentos sociais ver Gohn (2006).

<sup>2</sup> Dessas 17 famílias, 8 recebem recursos do Bolsa família e 14 pessoas recebem um salário-mínimo proveniente de aposentadoria.

<sup>3</sup> A Pastoral da Juventude é o espaço de participação dos leigos católicos no apostolado hierárquico da Igreja, para a difusão e a atuação dos princípios católicos na vida pessoal, familiar e social. Disponível em: <<http://www.pjsul1.org/site/pastoral-da-juventude.php>>. Acesso em: 03 abr. 2014.

<sup>4</sup> É um organismo da Igreja Católica, vinculada ao Conselho Nacional dos Bispos no Brasil - CNBB.

<sup>5</sup> Nesse salão atualmente as mulheres da comunidade se reúnem para confeccionar bordados, sabonete, bonecas, tingimento de tecidos etc., que são vendidos na cidade de Teresina. Porém a produção ainda é muito pequena, e no momento está parada por falta de recursos para compra dos materiais. Ocorrem reuniões da Comunidade Eclesiástica de Base, da Pastoral da Criança, da Pastoral da Juventude, da Comissão Pastoral da Terra, da Associação Tapuio, como também das missas realizadas na Semana Santa. Acontecem também reuniões com o propósito de esclarecer à toda comunidade o que está se passando fora da comunidade: direito dos lavradores, violência contra a mulher e racismo.

<sup>6</sup> Lei de Terras 601, de 17/09/1850, regulamentada pelo Decreto n.º 1.318, de 1854. Essa lei instituiu o Registro Eclesiástico das terras, e pôs fim ao regime jurídico de posse no Brasil legitimando as posses até então adquiridas por concessão do poder público ou por ocupação primária. Após essa lei grandes proprietários de terra demarcaram para si grandes extensões de terra, ficando o posseiro à margem desse processo de regularização fundiária. Porém, a lógica da propriedade da terra em muitas regiões do sertão do Piauí é, até hoje, a posse (Pietrafesa de Godoi, 1998).





<sup>7</sup> A pedido de Maria do Povo designarei essa pessoa apenas como “P”.

<sup>8</sup> Segundo o sítio <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica>, acessado no dia 04/04/2014, “O programa Fome Zero é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome”.

<sup>9</sup> Como parte do processo de reconhecimento administrativo a comunidade negra rural Tapuio fez sua autodefinição como remanescente das comunidades dos quilombos, sendo cadastrada no Livro de Registro Geral nº 001 da FCP, sob o nº 02, f. 3, bem como foi emitida respectiva Certidão, publicada no Diário Oficial da União nº 107, Seção 1, f. 19, de 04/06/2004. Até o presente ano o território da comunidade quilombola Tapuio não foi regularizado pelo Incra/PI.

<sup>10</sup> Projeto Quilombo Axé, criado pela SEPPIR, idealizado para difundir a cultura dos quilombolas a partir de incursões de artistas consagrados em várias comunidades do país.

<sup>11</sup> Revista dos Bancários, edição nº 108 – janeiro de 2006, matéria de Rose Silva.

<sup>12</sup> O programa “luz para todos” é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia, com a participação da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras e de suas empresas controladas.

<sup>13</sup> No final da década de 2000, por meio dos esforços de Maria do Povo, foi inaugurada no município de Queimada Nova, a rádio Comunitária Esperança FM. Primeira estação de rádio desse município.

<sup>14</sup> Segundo Klaas Woortmann (1997), a categoria ‘terra’ é parte de uma teia de significados e pode ser considerada, como em qualquer universo cultural camponês, uma ‘categoria nucleante’ de significados.

<sup>15</sup> A pesquisa feita no município de Queimada Nova foi realizada pelo Instituto Tiradentes, esse Instituto tem como missão oferecer estímulo e apoio a iniciativas de ação comunitária e difundir o ideário de Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes) para as novas gerações. E, dessa forma, contribuir para a valorização da cidadania, para o aperfeiçoamento da gestão pública segundo os princípios da inovação, da ética e da integridade administrativa. Disponível em: <<http://www.institutotiradentes.com.br>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Catarino (Org.). Quilombos: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. Distinction: a social critique of the judgement of taste. Cambridge: MA, Harvard University Press, 1984.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade, Etnia e Estrutura Social. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.
- COMERFORD, John Cunha. Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro, Relume Dumará/ Núcleo de Antropologia da Política (Coleção Antropologia da Política), 1999.
- FANON, Frantz. Peles negras, máscaras brancas. Rio de Janeiro: Editora Global, 1983.
- GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 5ª edição, 2006.
- HALL, Stuart. The work of representation. In: HALL, S. (Org.). Representation: cultural representations and signifying practices. Londres: Sage/The Open University, 1997.
- PIETRAFESA DE GODOI, Emília P. O Sistema do lugar: história, território e memória no sertão. In: PIETRAFESA DE GODOI, Emília P. & NIE-MEYER, Ana Maria de (Orgs.). Além dos Territórios: Para um diálogo entre





- a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos. Campinas/SP: Mercado de Letras, 1998.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos, v. 10. Rio de Janeiro, 1992.
- SUÁREZ, Mireya. Desconstrução das categorias 'Mulher' e 'Negro'. Série Antropológica n.º 133. Departamento de Antropologia. Brasília/ICS/UnB, 1992.
- WOORTMANN, Ellen; WOORTMANN, Klaas. O Trabalho da Terra: A lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: Editora UnB, 1997.
- WOORTMANN, Klaas. *Com Parente Não se Negueia*. Anuário Antropológico n. 87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- ZONABEND, Françoise. *La Mémoire Longue*. Paris: PUF, 1980.

